

Agosto a caminho de terminar com queda superior a 20% nas fusões e aquisições

M&A ■ P.8

Analistas dizem que prioridade no OE2025 é aprovação com contas certas num Parlamento dividido

Economia ■ P.12

Gilda Pereira

“Muitos imigrantes já regressaram ao país de origem e outros desistiram”

Experts ■ P.16



Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa lança curso para alunos se adaptarem às aulas

Carreiras ■ P.18

Processo de privatização da TAP deverá ficar para 2025

■ A operação que todos os bancos de investimento e advogados esperam está atrasada e o mais provável é que só arranque no próximo ano. O Caixa BI deverá ser um dos assessores financeiros deste negócio, apurou o JE.

“Temos um problema nas entidades públicas. Honorários extremamente baixos não são compatíveis com o trabalho dos auditores”

■ O bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, Virgílio Macedo, reconhece uma menor pressão sobre as margens, mas identifica desafios, como a limitação que o Estado impõe aos honorários, em que insiste na intervenção da CMVM, a formação, a atração de talento e a emergência da informação não financeira. E diz-se “moderadamente otimista” na aprovação do OE2025.



Opinião

Os desafios da tecnologia e da informação não-financeira



Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

Dois tendências estão a confluír para alterar o mercado em que auditores e consultores desenvolvem a sua atividade: a aceleração dos processos de digitalização, bem como a emergência galopante de novas soluções tecnológicas, especialmente as relacionadas com a utilização de inteligência artificial, e a entrada numa idade maior dos temas ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla inglesa), que terão importância crescente.

De um lado, vivemos uma revolução tecnológica que está a alterar processos e a torná-los, também, mais complexos, do outro temos a emergência de um quadro regulamentar, com métricas e definições formais para reporte, que vai obrigar as empresas a adaptarem-se. E não vão ser só as grandes, porque o impacto vai sentir-se em toda a cadeia de valor.

No meio, estarão auditores e consultores, também obrigados a processos de adaptação, porque deles vai depender a consistência deste mundo em construção.

A resposta para estes desafios, para todos os intervenientes – auditores, consultores, empresas –, só pode ser, primeiro, a consciencialização de que as mudanças estão a ocorrer, de forma muito rápida, depois, uma aposta inequívoca na formação, que terá de ser transversal nas organizações.

É preciso ter a noção de que quando existem estes saltos evolutivos, a diferença faz-se pela ambição e pela capacidade de adaptação.



Frente-a-frente

Fiscalidade é determinante para captar investimento?

Gonçalo Reis

SVP e Chairman da AEDL -
Autoestradas Douro Litoral



■ A competitividade fiscal é, obviamente, um fator decisivo para posicionar Portugal como um destino favorável e para captar investimento. Tudo conta, tudo o que nos distingue face a outros países tem impacto na nossa narrativa, todos os sinais que enviamos a investidores têm significado, e todo o enquadramento fiscal e institucional gera consequências nos processos de decisão. A fiscalidade sobre as empresas tem particular relevância, por ser um indicador facilmente comparável, por ser um tema especialmente sensível para os decisores, e porque acaba por servir como métrica geral do ambiente mais ou menos amigável que um destino económico oferece às empresas e aos investidores. Um país que se esforça por

cobrar baixos impostos é um país focado em atrair talento e capital, focado em ser mais produtivo. Nesse sentido, a estratégia do atual governo é certa: um plano de redução do IRC plurianual, previsível, sustentável é uma atitude responsável e empenhada para fomentar o investimento, para fazer crescer o bolo da nossa economia, e para contribuir para o bem-estar geral da população. Claro que a fiscalidade não é a solução única, pois outros fatores são igualmente relevantes, como uma justiça ágil, uma máquina burocrática que não atrapalhe, uma rede de infraestruturas que assegure eficácia na logística, e um ambiente de moderação política e funcionamento previsível das instituições. Portugal tem de dar saltos de competitividade. Para tal precisamos de níveis robustos de investimento e inovação, por entidades nacionais e estrangeiras. Há que apostar em todas as fichas para seguir o caminho da atratividade, competitividade e prosperidade.

Luís Magalhães

Head of Tax da KPMG Portugal



■ Sim, parece-me pacífica a ideia segundo a qual a atratividade de um país ou região para captar ou estimular investimento privado doméstico e/ou estrangeiro depende em grande medida do respectivo regime fiscal, sobretudo no que diz respeito à tributação do rendimento e do património. Para este efeito, os sistemas fiscais são avaliados de acordo com a carga tributária que deles resulta mas não só; também importam os respectivos níveis de complexidade e transparência, a posição mais hermética ou colaborativa da Administração Fiscal, o funcionamento da justiça tributária judicial e/ou arbitral, o grau de previsibilidade das normas e o quadro de benefícios e incentivos fiscais disponíveis. A experiência internacional demonstra isso à exaustão,

nomeadamente nos países com impostos mais baixos sobre o rendimento das empresas e, em especial, em sectores com maior capacidade de gerar riqueza e, por essa via, beneficiar a economia nacional. Além disso, incentivos fiscais específicos para determinados sectores ou tipos de investimentos também desempenham um papel significativo (I&D, Infraestruturas, Asset Management, etc.). Na União Europeia, a competição fiscal entre Estados-membros é uma questão jurídica e política particularmente controversa e, de um ponto de vista mais abrangente, a OCDE persegue desde há vários anos o objectivo de reforçar a construção de um quadro normativo que suavize a tendência de alguns Estados concorrerem de forma agressiva na busca do ambiente fiscal mais atrativo. Assim, e em síntese, parece-me pacífico que a fiscalidade é um fator determinante na captação e geração de investimento privado a par de outros fatores, como estabilidade política, a robustez e credibilidade do sistema judicial, a qualidade da infraestrutura e da força de trabalho, assim como serviços públicos de qualidade.

Arranque da privatização da TAP derrapa para 2025

Negócios ■ A operação que todos os bancos de investimento e advogados esperam está atrasada e o mais provável é arrancar em 2025. O Caixa BI deverá ser um dos escolhidos para assessorar o negócio.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

Chegou a ser projetada para arrancar ainda este ano, eventualmente em setembro, mas, segundo apurou o Jornal Económico (JE), o processo de privatização da TAP está muito atrasado e o mais provável é só arrancar em 2025. O calendário político, com a negociação difícil do Orçamento do Estado para o próximo ano, não ajuda a que o processo de privatização avance antes.

O Governo pretendia relançar a privatização da transportadora aérea já este ano, mas o modelo de venda da participação do Estado na empresa ainda não foi definido, apurou o JE.

A venda da companhia liderada por Luís Rodrigues é uma das promessas que constam do programa do Governo de Luís Montenegro, juntamente com a localização do novo aeroporto de Lisboa, que já foi decidida, mas na lista de prioridades estabelecidas pelo Executivo da AD não está no topo. Pelo contrário.

O primeiro passo na empresa que agora pertence diretamente ao Estado, uma vez que a Parpública detém apenas uma participação de 1%, é escolher os assessores financeiros e jurídicos. Da lista é quase certo que constará o Caixa BI, banco de investimento da Caixa Geral de Depósitos. Mas incluirá assessores financeiros internacionais, até porque esta é uma operação que deverá ser apresentada a companhias aéreas internacionais, apesar de poder haver um consórcio português a formar-se para participar na privatização da TAP, que será naturalmente minoritário.

Tal como noticiou o JE, em cima da mesa estão duas hipó-

teses: o lançamento de um concurso público internacional e a venda direta com um procedimento competitivo. Esta última modalidade foi a opção do anterior Governo no processo lançado no ano passado, mas a escolha mais provável do novo Executivo para retomar a privatização da companhia deverá ser o concurso público internacional, como escreveu o JE.

Em maio, em entrevista ao jornal "Financial Times", o presidente da TAP defendeu que o Estado deverá permanecer no capital da empresa na futura privatização e que gostaria de ver o negócio concluído até final de 2025. Luís Rodrigues revelou ainda que a operação deveria incluir investidores de outros sectores para mitigar as eventuais preocupações concorrenciais da Comissão Europeia, como aconteceu com a compra da ITA pela Lufthansa.

A percentagem a vender poderá ser inferior a 50%, para obter o acordo do principal partido da oposição, o PS.

Resta agora saber qual será o modelo de privatização escolhido



Miguel Pinto Luz
Ministro
das Infraestruturas e Habitação

do e a posição que o acionista Estado pretende manter na companhia aérea, após, no final de outubro do ano passado, o Presidente da República ter devolvido ao anterior Governo o diploma de privatização da TAP.

O anterior processo de reprivatização arrancou em setembro do ano passado, quando o Governo socialista aprovou as condições da venda. O decreto-lei, vetado pelo Presidente, previa a venda de pelo menos 51% do capital da TAP, através de um processo competitivo de venda direta.

A companhia aérea é hoje lucrativa. A TAP registou lucros de 72,2 milhões no segundo trimestre deste ano, o que permitiu fechar o primeiro semestre com um resultado positivo de 400 mil euros, menos 98% que no mesmo período do ano anterior.

O endividamento líquido registou uma redução acentuada. A dívida da TAP manteve-se nos 1.441,7 milhões, mas o aumento do dinheiro em caixa, para o que contribuiu a injeção do Estado de 343 milhões de euros, contribuiu para uma descida de 59,1% da dívida financeira líquida, que no final de junho ascendia a 266 milhões.

A transportadora explicou que o resultado líquido foi "impactado por perdas cambiais originadas pela desvalorização do real brasileiro". Mas face a 2019, existiu uma melhoria de 112,4 milhões de euros. As receitas operacionais ascenderam a 1.969 milhões entre janeiro e junho, mais 3,3% do que no primeiro semestre de 2023. Os gastos operacionais aumentaram 3,3% para 1.857,6 milhões, devido sobretudo ao crescimento de 35,2% dos custos com pessoal, para 380,1 milhões, devido ao fim dos cortes salariais e aos novos acordos de empresa.

Pessoas

Por Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com



GlobalWe reforça equipa de contabilidade com Célia Alves

Finanças ■ O grupo GlobalWe reforçou a equipa de Lisboa com a contabilista sénior Célia Alves. Formada em Finanças Empresariais, foi consultora financeira na Darwing onde acompanhou e planeou a execução de projetos do SIFIDE, PT2020 ou PRR. Faz agora parte da marca We Contabilidade, de assessoria financeira, gestão e contabilidade.



Sofia Melo Mendes assume liderança internacional de ESG na Verlingue

Sustentabilidade ■ A corretora de seguros Verlingue SAS, acionista detentora do capital da Verlingue Portugal, nomeou Sofia Melo Mendes para o cargo de responsável de ESG da empresa a nível internacional, que reportará operacionalmente a Benjamin Verlingue, presidente e CEO do grupo Adelaide.



BAS aposta em Administrativo e Contratação Pública

Advocacia ■ A sociedade de advogados BAS integrou Ana Patrícia Monteiro como associada. A advogada fará o acompanhamento de Parcerias Público-Privadas (PPP) neste escritório, nas áreas de Direito Administrativo e de Contratação Pública, após transitar da MPABS - Menéres Pimentel, Ataíde, Bailão, Sevivas & Associados.



David Carvalho Martins nomeado para árbitro do CES

Trabalho ■ O advogado David Carvalho Martins, sócio fundador e *managing partner* da sociedade DCM Littler, foi nomeado para integrar a lista de árbitros presidentes do Conselho Económico e Social (CES) para as matérias previstas no Código do Trabalho. "Foi com muita honra e responsabilidade que aceitei este novo desafio profissional", disse.

Virgílio Macedo / Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

■ Virgílio Macedo está a iniciar o segundo mandato como bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), com menos pressão sobre as margens no mercado, mas com desafios recorrentes, como a limitação que o Estado impõe aos honorários nas auditorias às entidades públicas, para o qual insiste na intervenção da CMVM, o foco na formação para as novas tecnologias e a atração de talento. E desafios renovados, como a preparação para serem essenciais na validação da informação não financeira.

“Temos um problema nas entidades públicas. Honorários extremamente baixos não são compatíveis com o trabalho dos auditores”

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

As atividades de auditoria e revisão de contas têm hoje de lidar com processos mais complexos e com novas tecnologias. Como têm respondido a este desafio?

A crescente aceleração da utilização de tecnologias de informação aplicadas à auditoria ou as questões da cibersegurança, que são cada vez mais relevantes no nosso dia a dia de todas as atividades, são questões que estão permanentemente em cima da mesa e a que nós, auditores, temos dado particular atenção. E já começa a haver também a utilização de inteligência artificial aplicada a sistemas de auditoria.

Como qualquer aplicação nova, inicialmente, essa tecnologia não estará tão disseminada pela generalidade dos auditores, mas o que temos vindo a assistir é que a utilização de tecnologias da informação – e a procura por parte de todos os profissionais dessas ferramentas que lhes permitam realizar cada vez o melhor trabalho – é uma busca permanente.

Isso implica investimento e as sociedades têm-se queixado do aumento dos custos e da erosão das receitas. A pressão sobre as margens mantém-se? E a qualidade ressentem-se?

A qualidade dos processos e dos trabalhos dos auditores não se tem ressentido, e também temos de reconhecer que aquela pressão excessiva que havia relativamente aos honorários praticados pelos auditores não tem crescido. Pelo contrário, as diversas entidades têm tomado consciência dos aumentos dos custos que os auditores têm sofrido na sua atividade, tal e qual como as empresas. Hoje existe uma maior consciencialização para essa necessidade de haver honorários justos.

Nós temos um problema nas auditorias que efetuamos a entidades públicas, porque aí os honorários estão tabelados por lei e são entidades grandes, relevantes, algumas delas complexas, e que, aí sim, haveria algo a fazer e eu tenho chamado a atenção do regulador, do supervisor da atividade de auditoria, a CMVM [Comissão do Mercado de Valores Mobiliários]. Tenho alertado para a necessidade de o



“Não poderemos aceitar, enquanto país, por exemplo, haver várias classes profissionais que possam fazer a **assurance** da informação não financeira, com diferenças completamente díspares em termos de formação, exigências, controlo de qualidade”

próprio regulador intervir nessas situações junto da tutela, porque essa fixação de honorários, por decreto-lei, e honorários extremamente baixos, não é compatível com as exigências do trabalho que os auditores têm de realizar.

E há uma crescente responsabilidade.

É permanente. O nosso trabalho é extremamente auditado pela generalidade das pessoas. Cada vez mais, os stakeholders dão importância ao nosso trabalho e essa importância irá ser num futuro próximo alargada, porque, no curto prazo, os nossos trabalhos também irão abordar a informação não financeira.

O tema do ESG [sigla em inglês para ambiental, social e de governança].

Os relatórios de sustentabilidade das empresas; isso é uma área muito relevante para nós, auditores. Estamos numa fase inicial, porque nesta fase ainda só as empresas com mais de 500 trabalhadores, empresas cotadas, etc é que irão ter necessidade de ter o seu relatório de sustentabilidade certificado à data de



CRISTINA BERNARDO



Assista ao programa no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt

31 de dezembro de 2024, mas pelo efeito spill over [alastramento], as empresas de menor dimensão vão querer isso, até porque os seus fornecedores, os seus clientes, etc, isto é, toda a cadeia de valor vai exigir e, portanto, nós, OROC, estamos muito atentos a essa questão. Temos já programadas ações de formação para capacitação de todos os auditores nessa área. Neste momento, ainda não está bem definido quem são os profissionais que vão efetuar esse trabalho de segurança dessa informação não financeira. Sabemos é que a nível europeu existe uma tendência maioritária para que esse trabalho de assurance esteja reservado aos auditores; para nós era relevante. Temos uma capacidade, um know-how grande, agora o que nós não poderemos aceitar enquanto país, não é enquanto ordem profissional, enquanto profissão, é, por exemplo, haver várias classes profissionais que possam fazer essa assurance dessa informação, com diferenças completamente díspares em termos de formação, exigências, controlo de qualidade, etc. Estamos a aguardar qual vai ser a decisão relativamente aos profissionais que vão estar habilitados à verificação dessa informação não financeira, porque, na nossa ótica, essa informação cada vez vai ter mais peso, mais relevância para todos os stakeholders.

Têm sinalizado a vossa posição?

Nós já sinalizamos junto da CMVM a nossa posição e, sem sermos corporativistas, que não é esse o nosso objetivo, pensamos que nós, auditores, temos os skills apropriados de know-how para sermos os profissionais que asseguram a fiabilidade dessa informação não finan-

ceira e chamámos sobretudo a atenção para que se existir o aventureirismo de abrir este assurance a outras profissões que haja uma garantia de que todas as profissões estão numa situação de igualdade, porque nós, auditores, por exemplo, temos supervisão pública, ou seja, temos controlo de qualidade, temos obrigações e custos inerentes a isso. Não seria aceitável que houvesse diferenças relevantes entre profissionais que possam realizar esse tipo de trabalho. É um desafio grande que nós vamos ter. É um desafio para que nós estamos preparados, que nós temos trabalhado muito intensamente relativamente a essa matéria e esperamos ter na CMVM um interlocutor sério, credível, porque também é do interesse da CMVM, obviamente, garantir a fiabilidade da informação dos relatórios de sustentabilidade das empresas.

Estes temas que obrigam a investimento. Ainda existe alguma fragmentação no sector, a concentração é uma solução para responder a estas necessidades?

Sabe que nós, como país, temos uma dificuldade na concentração de atividades empresariais; não é uma questão da auditoria. No entanto, nós, OROC, temos chamado a atenção para essa necessidade de haver uma maior concentração de atividades de empresas de revisores e auditores para que as empresas tenham um cada vez maior músculo para fazer face àquilo que são os investimentos, os desafios, as formações, os custos de contexto da atividade de auditoria. É uma área em que nós sistematicamente chamamos a atenção para a necessidade de nos agregarmos, de constituirmos empresas cada vez maiores. Existem movimentações de concentração de atividades de auditores, se calhar não com aquela velocidade e com aquela dimensão que todos nós gostaríamos enquanto espectadores da atividade de auditoria e, muitas vezes, por parte da CMVM enquanto regulador e supervisor, mas é a economia de mercado a funcionar. Agora, os auditores têm de ter consciência – e nós temos chamado a atenção – que quem não estiver updated em termos tecnológicos, em termos de pessoal, em termos de formação, é o seu futuro que está em risco. É uma questão de sobrevivência.

Virgílio Macedo ■ O bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) afirma-se “moderadamente otimista” na aprovação do Orçamento do Estado para o próximo ano, para que se evite uma crise política, que considera seria muito prejudicial. Na Ordem, já se adaptou aos novos estatutos e não acredita que o Governo reabra o processo nos próximos anos.

“Seria péssimo entrarmos outra vez num processo de eleições”

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

Já concretizaram todas as alterações dos novos estatutos? Quais foram as principais mudanças e que efeitos terão, a começar pelos custos?

No nosso caso, esse não foi um problema, até porque a nossa ordem tem uma particularidade: é que os órgãos sociais não são remunerados; só são remunerados por senhas de presença, não têm qualquer tipo de remuneração fixa. Nós tivemos de arranjar entidades independentes que estivessem dispostas a aceitar essas condições, e que tivessem prestígio em termos de mercado. Nós já nos adaptámos e todos os nossos regulamentos e regimentos já estão adaptados ao novo estatuto.

Vai haver aqui, obviamente, desafios. Desde logo, somos a única ordem que vamos ter duas supervisões: temos uma supervisão pública, da CMVM, e vamos ter aqui um conselho de supervisão, que é uma entidade independente da ordem. Estamos muito curiosos para vermos como é que, depois, vai haver essa compatibilização das duas supervisões. Estamos tranquilos relativamente a essa matéria e penso que irá funcionar bem.

Há um aspeto para que eu chamo a atenção. Nunca tivemos limitações no acesso à nossa profissão. Penso que somos a única ordem em que qualquer licenciado pode propor a sua inscrição na OROC, desde que cumpra os *skills*, mas há aqui um aspeto, porque já começámos a sentir algumas resistências. Era uma área em que não tínhamos problema nenhum, que era a remuneração dos estagiários: os nossos estagiários, 95% deles, seriam remunerados, até porque



CRISTINA BERNARDO

a grande maioria já trabalha na profissão. Quais eram os estagiários que não eram remunerados, 5%, se calhar nem isso, aqueles profissionais que não estavam na profissão, que eram diretores financeiros de empresas, que eram quadros do Estado e que a certa altura quiseram fazer a sua adesão à OROC e fizeram o seu percurso e depois faziam o seu estágio; e o estágio, efetivamente, é um estágio em que ele trabalhava para ele, não trabalhava para quem lhe dava o estágio. Às vezes eram estágios feitos fora das horas de trabalho, aos sábados. Ou seja, havia aqui situações em que não era trabalho para quem dava o estágio, e não havia problema. Ora, agora, com esta obrigação de remunerar os estagiários, obviamente,

para esses 5% vai ser mais difícil arranjar patrono ou, então, têm de prestar serviços às unidades porque ninguém vai estar a pagar um estágio sem a pessoa efetivamente prestar serviço. Essa é uma área que nós já detetámos que pode, num futuro próximo, ser uma dificuldade no acesso à profissão.

No processo de aprovação dos estatutos, foi manifestada a abertura do legislador para visitar o que foi aprovado. Havendo essa possibilidade, a OROC queria fazer alterações?

Eu acho que isso é um não assunto presentemente, até dada a conjuntura política. Seria altamente improvável que o atual Governo fosse reabrir um processo que é um processo, como disse, comple-



O mais importante agora é executar o PRR; executar com toda a velocidade, para ganharmos tempo para compensar alguma lentidão no início”

to, [em que] cada ordem tem as suas realidades completamente diferentes. Penso que essa não será uma matéria que estará em cima da mesa nos próximos anos. Sinceramente, seria se muito surpreendente para mim que um Governo, independentemente de qual fosse, revisitasse a curto prazo essa legislação.

É importante é que a mesma seja cumprida por todas as ordens. Seria inaceitável haver ordens a cumprir e outras não, mas se num futuro mais ou menos longínquo houvesse essa abertura para haver alguma adaptação, obviamente que nós gostaríamos de fazer adaptações, mas não seriam relevantes.

Temos um novo Governo e um parlamento fragmentado, com



Há aqui um conjunto de condições que aconselham a que nós, portugueses, tenhamos algum juízo e que, nesse sentido, obviamente com toda a legitimidade que cada partido possa ter, mas que haja essa aprovação desse Orçamento do Estado”

tudo o que isso implica. O que é que espera do orçamento para o próximo ano?

Eu espero que o orçamento do próximo ano continue a trilhar um caminho que é estritamente necessário, que é a redução da carga tributária sobre os portugueses, ou seja, a redução dos impostos. Não pode ser feita de toda de uma vez, obviamente, mas é um caminho que nós vamos ter de trilhar enquanto país, mantendo obviamente o equilíbrio das nossas contas públicas.

É um quadro parlamentar complexo, mas eu estou moderadamente otimista em que o orçamento será no final aprovado, porque é do interesse de todos. Em primeira mão, será do interesse da economia, dos portugueses, em meu entender, que tenhamos um orçamento devidamente aprovado. Seria péssimo entrarmos outra vez num processo de eleições com toda a instabilidade que isso provoca, o travar de investimentos que isso provoca, é imediato. Estamos numa fase muito complicada em termos de execução final do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência]. Estamos numa necessidade de dar um outro impulso à execução do Portugal 2030. Portanto, há aqui um conjunto de condições que aconselham a que nós, portugueses, tenhamos algum juízo e que, nesse sentido, obviamente com toda a legitimidade que cada partido possa ter, mas que haja essa aprovação desse Orçamento do Estado. Vamos ver até que ponto é que existe flexibilidade tanto do Governo como da oposição para cada um por si efe-

tuar os seus pequenos ajustamentos e as suas pequenas cedências para no final termos um Orçamento do Estado que defenda os portugueses, que consigamos continuar neste ritmo de crescimento e consigamos, cada vez mais, termos uma economia mais moderna, mais dinâmica. É uma área em que também o Governo vai ter de implementar uma desburocratização na nossa economia, mas isso requer tempo, não é em dois meses, nem três meses, nem quatro nem seis meses que se faz, mas é um caminho que o Governo está a trilhar e seria importante não quebrar esse ciclo, mas obviamente a palavra é dos partidos políticos.

A OROC tinha-se disponibilizado para ter um papel mais ativo no âmbito do PRR e também em relação ao Portugal 2030.

Chegou, inclusive, a ser assinado um acordo. Ainda tem esperança de que o possam ter?

Relativamente ao Portugal 2030, o sistema está a funcionar normalmente, ou seja, as empresas estão a fazer os seus investimentos, nós, auditores, somos chamados a validar os respetivos investimentos, é um processo idêntico ao que existia anteriormente.

Relativamente ao PRR, formulou-se esse protocolo, penso que numa fase inicial não se percebia a missão, o que é que se pretendia, mas agora, há cerca de um mês, mês e meio, já se lançou alguns concursos para verificar alguns investimentos, mas a tempestividade, no meu entender, perdeu-se em grande medida. Obviamente que podemos ainda ir atrás de alguma verificação, mas agora, sobretudo, o importante é executar; executar de forma correta, de forma séria, para que Portugal não perca os fundos. E aí está mais uma razão para que possamos ter um Governo legitimado, porque era fundamental para ver se conseguimos estender o prazo de execução do PRR, porque senão vai ser muito difícil conseguirmos executar.

Vamos ver como é que funciona. Ainda não há experiência, vamos ver se corrigimos pelo menos alguma coisa, mas a tempestividade perdeu-se um bocadinho. Agora, penso que o mais importante agora é executar; executar com toda a velocidade, para ganharmos o tempo de que necessitamos para compensar alguma lentidão no início da execução do PRR, que pode ser um fator importantíssimo para alavancar a nossa economia.

ATUAL QUADRO FISCAL PORTUGUES - PROBLEMAS E SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Com a proximidade da apresentação do primeiro OE do atual governo, num quadro parlamentar fragmentado, vamos analisar os principais problemas de que “padece” o quadro fiscal português e como podem ser solucionados, mantendo os objetivos de equilíbrio das contas públicas, ouvindo especialistas das áreas acima mencionadas.

Os principais problemas de que padece o atual quadro fiscal português assentam essencialmente em: elevada dívida pública, crescimento económico reduzido e sistema tributário complexo e com alguma deficiência ao nível da transparência. No contexto do nosso sistema tributário, embora não se designem ou qualifiquem como imposto, a verdade, é que a existência de inúmeras taxas e contribuições e outras obrigações fiscais ou para-fiscais a que os vários agentes económicos estão sujeitos, constituem um encargo significativo a acrescer aos ditos verdadeiros impostos. É claro que a multiplicidade de todas estas obrigações, gera um sentimento de frustração entre os agentes contribuidores, dado o sentimento de que se está a pagar sem um claro retorno em termos de serviços públicos. Por sua vez, os objetivos de equilíbrio das contas públicas deveriam passar, designadamente, por uma verdadeira e profunda reforma da administração pública acompanhada de gestão prudente da dívida pública, pela promoção de verdadeiros incentivos ao crescimento económico, que se fizessem sentir, de facto, na economia real e por uma reforma fiscal estrutural. A reforma fiscal deveria introduzir simplificação e transparência no sistema, tornando-o também mais eficiente em termos de evasão fiscal. Adicionalmente, a introdução de uma mais adequada progressividade, designadamente ao nível da tributação pessoal, poderia também contribuir para um alívio da carga fiscal para classes de rendimento médio e baixo. Sabemos que não são temas fáceis, no entanto urge começar, sob pena, de não sairmos deste ciclo vicioso em que nos encontramos em termos económicos.



Pedro Proença
Sócio gerente da
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

TRANSFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DA AUDITORIA - DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

A atividade da auditoria está em transformação, tal como a realidade sobre a qual se debruça. Processos mais complexos, necessidades de investimento, custos mais elevados e uma margem decrescente obrigam a procurar novas formas de enfrentar o mercado. Vamos analisar os desafios que se colocam à atividade e quais os caminhos para serem ultrapassados, falando com especialistas e com os principais agentes do sector.

Nos dias que correm é inquestionável afirmar que os avanços tecnológicos têm transformado o mundo dos negócios. Esta realidade aplica-se igualmente à atividade de auditoria, onde as ferramentas digitais oferecem inúmeras vantagens para o auditor, especialmente em clientes de grande/média dimensão, com vantagens ao nível da eficiência, da automatização de processos e da capacidade de analisar grandes volumes de dados de forma mais rápida e precisa.

No entanto, existem desafios relacionados com o uso destas, como o investimento elevado em software e os custos com a formação das equipas. Embora a promessa de eficiência seja atraente, os benefícios podem não ser imediatos, o que torna o investimento um risco que nem todas as SROCs estão dispostas ou capazes de assumir, especialmente as de pequena dimensão.

Nos últimos anos a ORA tem vindo a investir nesta área, com enfoque na digitalização, na cibersegurança e no desenvolvimento do nosso software interno. Estamos comprometidos em seguir este caminho e não excluímos vir a adquirir ou desenvolver tecnologias mais inovadoras que incorporem aspetos de IA.

Em paralelo à transição digital, temos a crescente importância dos critérios ESG que tendem a orientar as empresas para práticas mais sustentáveis, além dos tradicionais indicadores financeiros. Empresas que investem em ESG tendem a atrair stakeholders que valorizam a sustentabilidade e a obter a médio-longo prazo uma vantagem competitiva no acesso a mercados ou a financiamentos sustentáveis. Contudo, implementar uma cultura corporativa que priorize as práticas ESG pode exigir investimentos iniciais elevados, que podem ser um obstáculo às PMEs que dispõem de menos recursos financeiros e humanos, quando comparado com as grandes empresas.

Na ORA temos vindo a investir na formação das nossas equipas com o objetivo de as capacitar para a execução de auditorias à verificação de relatórios de sustentabilidade e para a prestação de serviços de consultoria para ajudar os nossos clientes a identificar e implementar áreas de melhoria na adoção de práticas ESG.

Com o apoio de



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

Agosto a caminho de uma queda nos negócios superior a 20%

M&A ■ O sector da indústria demonstrou dinamismo no oitavo mês do ano, mas destacou-se o anúncio do acordo entre as operadoras de telecomunicações Digi e Nowo. Na despedida de agosto, um negócio de malparado entre a Albatris e a DoValue.

Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com

Agosto é geralmente o mês mais calmo dos negócios e, em 2024, não foi diferente. Apesar de algum dinamismo nesta *silly season*, não foi suficiente para ultrapassar os 2,3 mil milhões de euros mobilizados no ano passado com compras e vendas de empresas em território nacional. Houve só 16 transações num valor total de 735 milhões de euros, de acordo com a informação recolhida pelo Jornal Económico através da TTR Data.

Destacou-se o negócio no sector das telecomunicações, que nos últimos anos tem andado adormecido, mas acabou por reavivar com a entrada - a qualquer momento - de um novo *player* e a venda da Altice. Logo no início do mês, a Digi posicionou-se à frente da Vodafone e Media Capital e conseguiu fechar acordo para aquisição da Nowo por 150 milhões de euros.

Além dos destaques que colocámos nos mosaicos ao lado, nota ainda para o facto de o fundo privado canadiano Alberta Equity Fund ter entrado na estrutura acionista da Pure Cotton, fabricante de vestuário de Barcelos, com 75%. Já os espanhóis das piscinas Fluidra avançaram mesmo com o controlo de 100% da portuguesa NCWG, que vende equipamentos e tratamento de água e da qual é parceira desde 2016.

No *mid-market*, a Aleluia Cerâmicas foi adquirida por uma empresa do grupo Arrow, enquanto a empresa de componentes e maquinaria Gosimac, de Pombal, passou a pertencer (60%) à Explorer Investments.

Certo é que agosto não foi capaz de dar um novo fôlego ao M&A (*Mergers & Acquisitions*) em Portugal, onde no primeiro

semestre se registaram quedas tanto em número como em valor de transações. No acumulado de janeiro a agosto, a queda hómologa foi superior a 20% nas duas vertentes das operações, sabe o JE.

Ranking de 'advisors'

Quanto ao *ranking* de assessores, está a ser liderado pela J.P. Morgan Chase (900 milhões de euros), Banco Santander (cinco negócios), Cuatrecasas Portugal (1.310,63 milhões de euros) e Moraes Leitão (22 negócios).

E como até dia 31 ainda é agosto, olhemos para os dados oficiais de janeiro a julho: Portugal concretizou 309 operações

de fusões e aquisições, que totalizaram 7,2 mil milhões de euros, de acordo com a informação divulgada há duas semanas pela TTR Data. Em causa está queda de 24% no número de transações, comparativamente ao mesmo período de 2023, e uma diminuição hómologa de 7% no capital mobilizado. Ainda assim, menos de metade dos negócios (39%) publicaram os valores associados.

Para os analistas desta base de dados internacional, a transação do mês de julho foi a aquisição de uma participação majoritária na FairJourney Biologics pelo Partners Group, que pertencia à GHO Capital, por 900 milhões de euros. O negócio foi assessorado por Cuatrecasas Portugal, Deloitte Legal Portugal e J.P. Morgan.

No agregado deste ano, o sector de imobiliário manteve-se como mais ativo, com 52 transações. No entanto, para se ter termo de comparação, nos mesmos sete meses de 2023, já tinha havido mais de uma centena de negócios no imobiliário (137). Segue-se a área de Internet, *software* e serviços de TI com 34 operações, o que significa menos 28% do que no ano passado. Por outro lado, os *deals* no sector de *software* específico para indústria aumentaram 5%.



Jamie Dimon
CEO do JPMorgan Chase



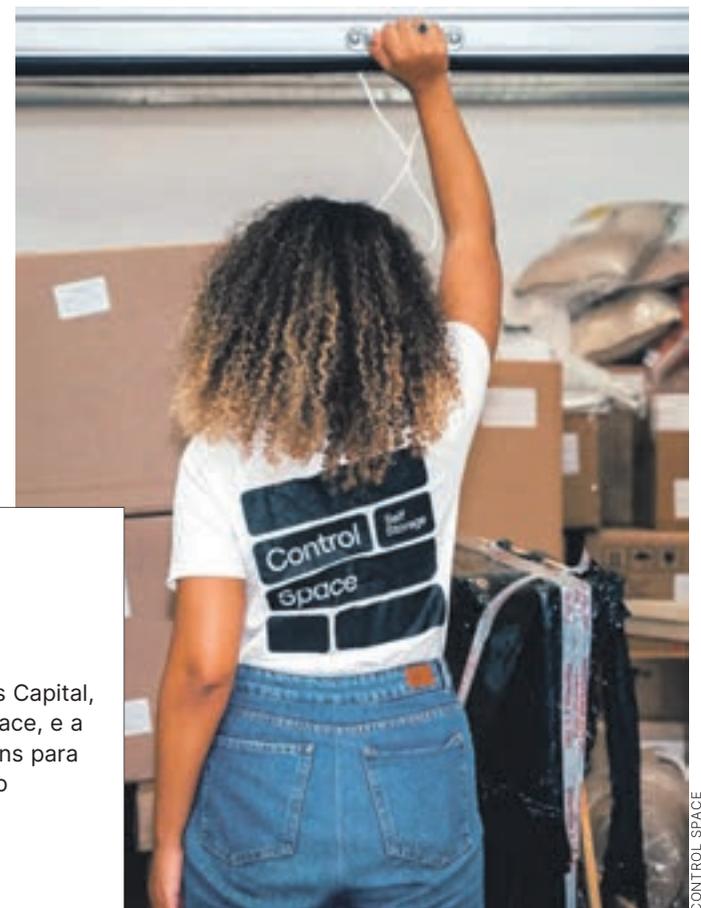
Martim Krupenski
Managing partner da Moraes Leitão

Alliance Healthcare

Operação: Aquisição pela Alliance Healthcare do controlo exclusivo sobre a Alloga Logifarma

Notificação à Autoridade da Concorrência: 23 de agosto de 2024

Mercado: Comércio de produtos farmacêuticos, armazenagem e logística para o sector



Imobiliário

Operação: 'Joint venture' entre a Colares Capital, dona da empresa portuguesa Control Space, e a Incus Capital adquirem mais três armazéns para explorar com negócio de armazenamento autónomo (*self-storage*)

Valor: 10 milhões de euros

Assessores: PLMJ e Andersen

Nowo e Digi

Operação: Digi Portugal, do grupo romeno Digi Communications, assina contrato com a Lorca JVO para a aquisição de 100% das ações emitidas pela Cabonitel, que controla a Nowo

Valor: 150 milhões de euros

Assessores: Filip & Company



BLOOMBERG

EDP e CTG

9

Operação: Recompra do controlo de 12 parques eólicos em Portugal pela EDPR à China Three Gorges (CTG)

Contexto: Reaquisição de 49% de portefólio eólico de 1GW em Portugal, Polónia e Itália

Valor: 570 milhões de euros

Data do anúncio da transação e da aprovação pela AdC: 29 de dezembro de 2023 e 2 de agosto de 2024



BLOOMBERG

PUBLICIDADE

RSM & Associados – Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



AUDIT | TAX | CONSULTING

SEDE

Av. do Brasil, 15 – 1º – 1749-112 Lisboa
Tel: (+351) 21 355 35 50
Fax: (+351) 21 356 19 52
E-mail: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132 – 3º – 4150-682 Porto
Tel: (+351) 22 207 43 50
Fax: (+351) 22 208 14 77
E-mail: geral.porto@rsmpt.pt

Inscrita na OROC sob o n.º 21
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161380
www.rsmpt.pt

De contabilistas a autênticos consultores e assessores financeiros

Contabilidade e Auditoria ■ Análise da Wolters Kluwer revela que, nos últimos três anos, as empresas deste sector, independentemente da sua dimensão, anexaram à sua oferta mais serviços de *advisory* e *compliance* fiscal. Diversificação do mercado, recrutamento, introdução de tecnologias modernas e concentração são temas na agenda das equipas de gestão.

Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com

O mercado da contabilidade e auditoria pode parecer estagnado, mas tem estado a preparar-se para os próximos tempos. Consistentemente sob pressão devido a polémicas que fazem correr tinta nos jornais, as empresas têm estado a investir na diversificação dos serviços, nomeadamente através de consultoria e outras vertentes de assessoria financeira. É o que se passa na maior economia do mundo e deverá inspirar os operadores de menor dimensão.

Quase metade (49%) dos escritórios contactados pela revista norte-americana "Accounting Today" disseram que preveem despende mais tempo em *advisory* ao longo deste ano. Mais: um relatório recente da Wolters Kluwer concluiu que, nos últimos três anos, foram incluídos mais serviços de assessoria e *compliance* fiscal, independentemente da dimensão da empresa.

O contexto é compreensível: uma série de desafios que se prolongam há vários anos, nomeadamente a pouca compreensão do sector. "Nos países latinos, onde Portugal se inclui, por opo-

sição aos anglo-saxónicos, a importância da auditoria é ainda pouco compreendida e considerada mais um custo de contexto, não sendo utilizadas as grandes vantagens da sua ação, quer para os utilizadores da informação financeira quer para os

próprios acionistas", alerta a diretora do curso de Contabilidade e Auditoria da Coimbra Business School (ISCAC) ao Jornal Económico (JE).

Para Cristina Gonçalves Góis, "a pressão sobre a indústria de auditoria é enorme" e está a intensificar-se devido aos critérios ESG, cujos relatórios chegam a estar na linha da frente da manipulação. "Os auditores enfrentam agora negócios cada vez mais complexos e áreas de intervenção mais vastas, pois, além da auditoria da informação financeira, são agora chamados a auditar a informação não financeira, como os relatos da sustentabilidade, que, pela sua subjetividade, são muito mais propícios à gestão da informação apresentada ou, se quisermos utilizar uma expressão menos *soft* [leve], sujeitos à manipulação da informação".

Concentração divide

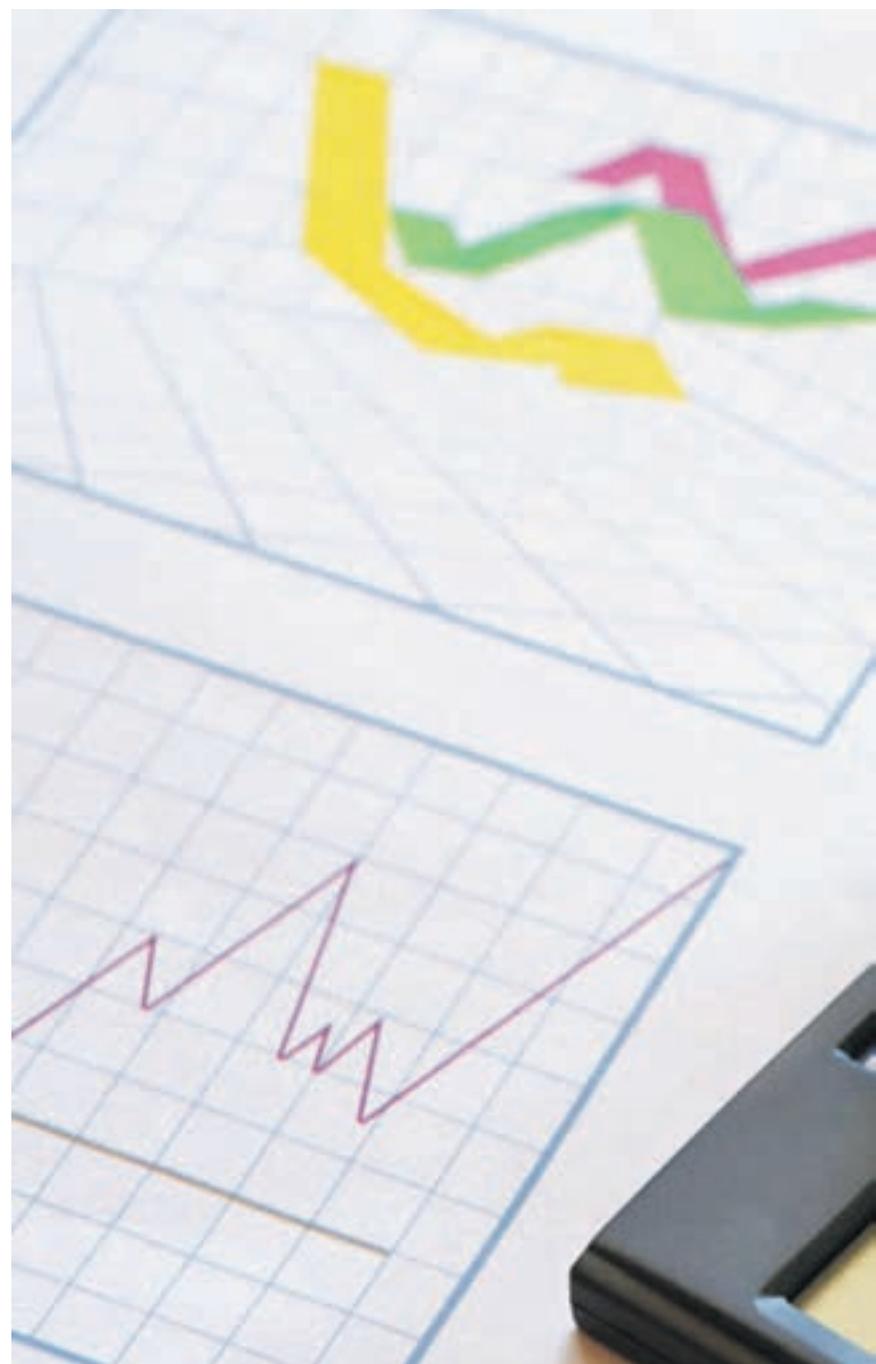
Questionada sobre se há necessidade de mais concentração, afirma que não traz melhor qualidade ao trabalho destes profissionais. "Apesar de a concentração poder criar as condições para uma maior especialização, na minha opinião, apenas um auditor que tenha uma visão mais integrada pode identi-



Maria Cravo
Sócia-gerente na Oliveira, Reis & Associados



Cristina Gonçalves Góis
Diretora do curso de Contabilidade e Auditoria na Coimbra Business School



ficar os riscos associados à informação apresentada pelas organizações aos seus stakeholders", afirma a responsável do ISCAC.

Por outro lado, Maria Cravo, sócia-gerente da Oliveira, Reis & Associados (ORA SROC), acredita que a convergência "irá trazer benefícios", designadamente "em matéria de otimização de recursos, ganhos de escala e aproveitamento de sinergias em termos de recursos e especialização. No entanto, é muito importante que esse nível de concentração seja equilibrado para garantir um nível de concorrência que continue a promover a qualidade, a inovação e a independência dos serviços de auditoria, além da mitigação dos riscos de conflitos de interesse", defende, em declarações ao JE.

Quando o assunto é a hipótese de concentração, as especialistas dividem-se entre a possibilidade de mais benefícios ou considerar que não criará melhorias no trabalho dos auditores



Na visão de Maria Cravo, é um movimento que poderá responder a “todas as exigências, regulamentações e escrutínio público”, que é elevado devido a escândalos financeiros e falhas em auditorias que vão minando a credibilidade dos auditores. “Esses incidentes têm levantado questões sobre a eficácia, a independência e a integridade do processo de auditoria. É necessário reverter este cenário e recuperar a confiança no trabalho dos auditores. Para isso, houve nova regulamentação da profissão acompanhada por apertada supervisão do trabalho desenvolvido pelas sociedades de auditoria”, recorda a especialista.

Tecnologia a duas velocidades
Há outro tema que está a mar-

car a agenda destas empresas: a introdução - a sério - de novas tecnologias. Em Portugal, provavelmente devido à dimensão do mercado, existem poucos dados sobre a adoção de Inteligência Artificial (IA) generativa nos processos de auditoria. No entanto, de acordo com um estudo global da KPMG, não só as organizações esperam que os seus auditores recorram a IA como quase três quartos (72%) instalaram ferramentas dessas para reporte financeiro (pilotos ou utilização efetiva) e a percentagem deverá aumentar para quase 100% nos próximos três anos.

Aliás, as empresas têm expectativas de que os seus auditores sejam ainda mais críticos na avaliação da IA que ambos utilizam, segundo o relatório “AI

Estudo da KPMG concluiu que a maioria das empresas tem expectativas de que os seus auditores sejam ainda mais críticos na avaliação da inteligência artificial que utilizam

Recursos Humanos

■ **Maria Cravo** “O tema das remunerações dos colaboradores nas empresas de auditoria, combinado com o aumento dos custos operacionais, tem sido um desafio crescente para o negócio. Por outro lado, a grande dificuldade em contratar e reter recursos para auditoria, em virtude da sua escassez no mercado, determina uma pressão ainda maior nos valores e condições de contratação”

■ **Cristina Góis** “Os desafios atuais à auditoria são enormes, pois a complexidade das redes de negócios, de dimensão planetária, é gigantesca. No ensino superior, o ensino da auditoria tem que incrementar o ensino da utilização de sistemas informáticos de apoio à auditoria para incrementar a garantia de segurança do trabalho do auditor. É importante realçar que estes recursos são já atualmente ensinados na Coimbra Business School”

dados e informações de valor acrescentado para a auditoria”, lê-se no estudo. “Vai potenciar o trabalho do auditor, pois vai aumentar o número de confirmações que não estão sujeitas a amostra, já que graças à nova tecnologia, em certos trabalhos, passa a ser possível confirmar a totalidade dos acontecimentos, o que até agora não era possível”, corrobora Cristina Gonçalves Góis.

Não obstante as vantagens, “é um desafio colossal a todas as organizações da sociedade, mas é ainda maior para a contabilidade e para a auditoria”. “No campo da auditoria, este desafio é superior, pois a auditoria de informação contabilística produzida por IA torna o trabalho do auditor ainda mais complexo e exige maior nível de conhecimento das estruturas de funcionamento das tecnologias para poder auditar o seu funcionamento, a forma como essa informação é produzida e como identificar situações de erro ou fraude”, explica a docente académica.

Porém, há claramente duas velocidades neste tipo de investimentos, ainda que a generalidade os players lhes reconheçam importância. “As grandes auditorias tendem a adotar estas práticas de forma mais rápida atuando como referência do mercado. Nas restantes empresas, esta evolução tende a ocorrer a um ritmo mais lento. No nosso caso, temos efetuado avanços e investimentos nesta área e, apesar de ainda não usarmos IA generativa nas nossas auditorias, não excluímos essa hipótese no curto prazo”, avançou ao JE a sócia gerente da ORA SROC, acrescentando que a sociedade está neste momento à procura de uma solução (à venda ou em desenvolvimento) que, dentro do orçamento que têm disponível, lhes garanta, qualidade, eficiência e, consequentemente, mais valor junto dos clientes.

A questão que se coloca é simples, então, o que é que as empresas esperam dos auditores no futuro? Essencialmente, quatro coisas: revisão mais detalhada do ambiente sob controlo (64%), avaliação da maturidade da governação da IA (53%), confirmação de terceiros sobre a utilização da IA (34%) e, curiosamente, exatamente o mesmo papel que desempenham agora com o uso da tecnologia (24%).

in financial reporting and audit: Navigating the new era” (“IA em relatórios financeiros e auditoria: A navegar na nova era”), que envolveu entrevistas a representantes de 1.800 empresas. No total, 64% participantes admitem esperar que esses profissionais façam uma análise com maior profundidade à IA que têm para os relatórios financeiros, embora reconheçam que a regulamentação carece de progressão.

Além de mais capacidades analíticas e insights, “as empresas esperam que o seu auditor externo utilize a IA nos processos de auditoria para atingir três principais objetivos: melhorar a eficiência e a precisão das auditorias; desenvolver procedimentos mais proactivos, contínuos e preditivos; recolher

Prioridade para OE é aprovação e com contas certas num Parlamento dividido

Orçamento ■ O desenho parlamentar obriga a consensos entre Governo e oposição, sendo que as medidas já aprovadas para 2025 condicionam o exercício, mas não poderão impedir o equilíbrio das contas públicas.

João Barros
jbarros@medianove.com

A rentrée política está à porta e o Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) será um dos tópicos quentes das próximas semanas, com o Governo obrigado a negociar com a Assembleia a aprovação do documento, dada a sua maioria relativa. Várias medidas para o próximo ano foram já aprovadas, uma boa parte contra a vontade do Executivo, o que reduz a margem de manobra de um exercício que, consideram os analistas ouvidos pelo JE, não poderá deixar de colocar no topo das prioridades a disciplina orçamental e a redução da dívida.

A apresentação do OE2025 no Parlamento será só em outubro, mas o debate em torno do que constará no documento já arrancou – bem como as negociações entre os partidos com assento parlamentar. Com uma maioria não-absoluta, o Governo terá de encontrar consensos com o hemiciclo, precisando do contributo à esquerda, com o PS, ou à direita, com o Chega (e a IL, embora sem poder para sozinha viabilizar o documento). Esta será, para Luís Leon, fiscalista e cofundador da ILYA, a grande prioridade do Executivo, embora este não tenha feito, até à altura, “qualquer esforço no sen-



Carlos Grenha
Sócio-gerente na Oliveira, Reis & Associados, SROC



Carlos Lobo
Sócio fundador da Lobo, Carmona & Associados



Luís Leon
Cofundador da ILYA

tido de ter uma coligação ou apoio parlamentar para a legislação”.

“[PSD e CDS-PP] sempre disseram que negociavam medida a medida. No OE2025, não me parece que seja possível. É preciso ser pragmático”, começa por referir.

No plano económico e fiscal, o cenário “não é muito diferente do que tem sido desde 2011 e 2012”, com o principal objetivo fixado no “equilíbrio orçamental, que continue a reduzir o rácio da dívida”, projeta Luís Leon. No entanto, a antecipação de parte do efeito da redução do IRS no próximo ano já para setembro e outubro “é uma forma de o Governo pressionar quer o PS, quer o Chega a aprovarem o OE”, argumenta.

Isso significa também que “o próximo ano já está um pouco determinado, tendo em consideração as opções que foram sendo anunciadas em relação ao IRS, IRC, às atualizações dos suplementos, dos salários [da função pública]”, acrescenta Carlos Lobo. O sócio fundador da Lobo, Carmona & Associados, também presidente do conselho geral da Associação Portuguesa de Contribuintes (APC), relembra as medidas já aprovadas e que representarão cerca de três mil milhões de euros de despesa acrescida ou perda de receita no próximo ano, argumentando que “a elasticidade



O país corre o risco de “um ‘baldio orçamental’, com o Governo a desenvolver uma estratégia expansionista, o PS a desenvolver uma contrapolítica orçamental aprovando medidas no Parlamento e, em 2025, quando começarmos a gerar défices, ninguém vai ser culpado”, diz o fiscalista Carlos Lobo

potencial do OE está reduzida”.

Assim, frisa, o país corre o risco de “um ‘baldio orçamental’, com o Governo a desenvolver uma estratégia expansionista, o PS a desenvolver uma contrapolítica orçamental aprovando medidas no Parlamento [...] e no final, em 2025, quando começarmos a gerar défices, ninguém vai ser culpado”. Isto é um perigo para Portugal, o quarto país da UE com menor taxa de juro, uma conquista “com sangue, suor e lágrimas, e era muito mau desperdiçarmos isso numa ótica de populismo orçamental”.

Reformas na gaveta

Por seu lado, Carlos Grenha, sócio-gerente na Oliveira, Reis & Associados, SROC, destaca a expectativa por uma “melhoria da competitividade das empresas através da revisão de taxas de tributação, aproximando-as mais dos níveis aplicáveis em outros países da EU, e o aumento do rendimento disponível para as pessoas singulares”, sem esquecer a “capitalização das empresas, em que se pretende apoiar o investimento empresarial e o emprego”.

“Estas prioridades estão em linha com a vontade de avançar com a reforma das finanças públicas, que tem sido uma das bandeiras do atual Ministério das Finanças”, completa, embora lamentando a falta de atenção dada à reforma da despesa.

“Atendendo ao contexto atual de avanços tecnológicos significativos, a melhoria da eficiência dos serviços públicos através do investimento em novas tecnologias é algo que não pode ser ignorado”, reforça Carlos Lobo, considerando que, não sendo os benefícios imediatos ou claramente mensuráveis no curto prazo, “é inegável que a inovação gera oportunidades para controlar a despesa sem sacrificar a qualidade dos serviços públicos”. Uma dimensão que tem sido alvo de recorrentes e repetidas críticas, dada a deterioração da sua qualidade nos últimos anos.

“Não estamos a fazer o trabalho de casa. Temos de melhorar o nosso modelo de gestão orçamental, colocar o sector público a criar riqueza, criar métricas de avaliação, saber o balanço do Estado”, acrescenta o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Carlos Lobo lembra que o país continua sem um cadastro territorial – o que nos deixa atrás de países como o Burkina Faso.

Por outro lado, e tendo em conta a dificuldade da fazer crescer a economia, cortar em impostos e reduzir a dívida em simultâneo, Carlos Lobo e Luís Leon convergem na identificação de algumas oportunidades desperdiçadas e que condicionam o universo de possibilidades de políticas orçamentais, como o lítio. Para o cofundador da ILYA, este negócio, juntamente com o dos data centers da SmartCampus, são um espelho das condicionantes ao crescimento na economia nacional.

“Não consigo ver como conseguiremos ter o crescimento económico significativo que nos permita compensar todas estas borlas orçamentais ao nível da despesa e da receita”, acrescenta Carlos Lobo.

Outro tema com relevância em 2025, mas que dificilmente entrará realmente nas discussões orçamentais é a defesa. Dado o contexto internacional de guerras próximas do continente europeu e a possibilidade de nova presidência de Trump nos EUA – que já disse que não continuará a pagar a defesa dos Estados europeus –, a pressão para reforçar os gastos neste segmento do Estado são agora maiores, mas o cabimento político em Portugal será difícil de alcançar, remata Luís Leon.

Opinião

A fiscalidade é determinante para atrair investimento?



Tiago Marreiros Moreira
Sócio da VdA

A fiscalidade assume um papel determinante na atração do investimento, por ser um dos fatores mais relevados pelos investidores, especialmente no atual contexto de crescente globalização e mobilidade dos mesmos, e de elevada concorrência internacional pela captação desse investimento.

No ranking anual de competitividade fiscal da Tax Foundation, Portugal continua muito mal posicionado, sendo o terceiro país da OCDE com pior quadro fiscal para empresas, muito devido à taxa efetiva de IRC que, de acordo com a OCDE, se cifrou nos 27,5%, um dos valores mais elevados da Europa. A redução imediata desta taxa efetiva, mediante a redução da taxa nominal do IRC e a redução ou eliminação das Derramas, teria um impacto positivo no investimento e consumo a curto e longo prazo.

Com o anunciado fim dos RNH em 2024, será também fundamental alargar de imediato o âmbito de aplicação subjetiva do incentivo fiscal à investigação científica e inovação introduzido pelo OE para 2024, bem como regular o seu funcionamento

prático, de outro modo perderemos atratividade para a manutenção e captação de investimento e talento.

Sendo a previsibilidade fiscal um fator extremamente valorizado pelos investidores, a instabilidade fiscal e a morosidade no funcionamento dos tribunais fiscais que continua a verificar-se tem um impacto muito significativo na captação de novo investimento e na retração do investimento existente, já que as empresas tomam as suas decisões com base em pressupostos cuja alteração não programada gera custos imprevistos, com a consequente redução das margens previamente estimadas. Uma das formas de aumentar essa previsibilidade fiscal poderia passar pela remoção da atual possibilidade de a AT revogar, com efeitos para o futuro, as informações vinculativas prestadas após um ano, mantendo a sua validade inalterada pelo prazo de 4 anos atualmente previsto. No que aos tribunais fiscais diz respeito, quando viável, a possibilidade de recurso à arbitragem tributária tem sido uma alternativa interessante, porém não tem sido suficiente para resolver os inúmeros casos judiciais pendentes há longos anos.

Urge, pois, adotar medidas que assegurem a competitividade fiscal do nosso país nos próximos anos, já que tal será uma ferramenta essencial de captação do investimento, sem o qual Portugal não conseguirá crescer economicamente e melhorar as atuais condições de vida dos portugueses.



Bechtle quer adquirir empresas de integração de sistemas em Portugal

Tecnologia ■ Um dos maiores fornecedores de TI (Tecnologias de Informação) na Europa, a alemã Bechtle, quer adquirir empresas de integração de sistemas na Polónia, Bélgica e Portugal. A preferência da empresa alemã é a aquisição de 100% do capital dos alvos que forem identificados.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

A Bechtle, uma empresa de integração de sistemas TI (Tecnologias de Informação) da Alemanha, anda às compras e Portugal está no radar.

Segundo a Mergermarket, a Bechtle procura adquirir empresas na Polónia, na Bélgica e em Portugal, para expandir a sua oferta de integração de sistemas. O artigo não identifica as empresas portuguesas que poderão ser o alvo da empresa alemã que tem como CEO, Thomas Olemotz.

A empresa trabalha normalmente sem assessores de fusões e aquisições, mas contrata ocasionalmente assessores para regiões onde existe uma barreira linguística ou onde a equipa tem conhecimentos limitados do mercado, afirmou

o administrador executivo da empresa Karl-Heinz Kramer.

O escritório de advogados CMS é o assessor jurídico de longa data da Bechtle e, geralmente, trabalha nas transações de empresas com os assessores de fusões e aquisições das empresas-alvo.

A preferência da empresa alemã é a aquisição de 100% do capital dos alvos que forem identificados.

A Bechtle diz que procura empresas com um volume de negócios entre 40 milhões e 100 milhões de euros. “A empresa está à procura de empresas com um volume de negócios de cerca de 40 a 100 milhões de euros e uma margem EBITDA entre 5% e 10%”, referiu ao Mergermarket, o administrador alemão responsável pela área de fusões e aquisições da Bechtle, Karl-Heinz Kramer.

“O nosso objetivo é expandir o

nosso negócio de integração de sistemas de TI a todas as regiões onde atualmente oferecemos serviços de comércio eletrónico”, afirmou Kramer. A empresa opera em 14 países europeus,

Mais recentemente, expandiu-se em Itália com a aquisição da Magnetic Media Network; em Espanha com as aquisições da Prosol Ingenieria, Prosol Iscat e iDoo; e

A empresa trabalha normalmente sem assessores, mas contrata ocasionalmente assessores para regiões onde tem conhecimentos limitados do mercado

em França com a aquisição da Api-xit SAS.

Desde a sua criação e até agora concluiu 115 aquisições, segundo o site especializado em operações de fusões e aquisições, o que dá uma ideia de que se trata de uma empresa com um longo historial nesta área.

A atividade principal da empresa está centrada na região DACH (Alemanha, Áustria e Suíça. Mas nos últimos anos expandiu-se para França, Países Baixos e Reino Unido, bem como para o Sul da Europa, através de aquisições.

“Existem muitas oportunidades de consolidação no sector da integração de sistemas de TI, à medida que os fundadores se reformam e procuram vender os seus negócios, e porque o progresso tecnológico obriga as empresas a oferecerem uma gama mais vasta de

produtos e serviços que as empresas mais pequenas muitas vezes não podem fornecer”, explicou Kramer à Mergermarket.

Além da expansão geográfica do sector da administração de sistemas, a Bechtle procura também adquirir empresas na região DACH que complementem a sua oferta atual. “Estamos à procura de alvos na nossa atividade principal, bem como em áreas de nicho onde seguimos uma estratégia de compra e construção”, afirmou Kramer que garante que a Bechtle financia as suas aquisições através do seu próprio balanço.

“Emitimos com êxito uma obrigação convertível de 300 milhões de euros no final do ano passado para financiar um maior crescimento na Alemanha e no estrangeiro. Isto significa que, normalmente”, afirmou Kramer.

Financiamento estruturado impulsiona lucros do Haitong

Banca de investimento ■ Com um 'pipeline' dinâmico e diversificado, geográfica e sectorialmente, de novas operações nesta área, as perspetivas para o segundo semestre são positivas.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

O Haitong Bank, um dos (poucos) bancos de investimento autónomos em Portugal registou, nos primeiros seis meses do ano, lucros de 5,1 milhões de euros, o que traduz um aumento homólogo de 12,4%. Segundo o relatório e contas do banco corporativo e de investimento, o lucro (que compara com 4,5 milhões no período homólogo) foi "impulsionado por uma melhoria contínua do balanço em simultâneo com uma

política de crédito rigorosa".

O banco com presença internacional na Europa, na América Latina e na China revelou que o produto bancário e os custos operacionais, de 35 milhões de euros e 28,9 milhões, respetivamente, "mantiveram-se estáveis face ao desempenho operacional no primeiro semestre de 2023". No que toca ao produto bancário, detalha que "as comissões líquidas registaram um crescimento homólogo de 38%, para 12,3 milhões", sendo que a sucursal de Macau "tem desempenhado um papel crucial na emissão de obrigações

por parte de empresas chinesas, gerando receitas significativas para o Haitong Bank". Já a margem finan-



Wu Min
CEO do Haitong Bank

ceira, de 19,6 milhões de euros, "aumentou 19% face ao primeiro semestre de 2023, beneficiando do ambiente de taxas de juro elevadas, de uma estratégia dinâmica de captação de *funding*" e do sucesso de áreas de negócio.

Do lado dos custos operacionais, o banco avança que "possui uma base estável, resultante do esforço levado a cabo nos últimos anos, nomeadamente em termos do controlo rigoroso das despesas operacionais, não obstante a elevada inflação", destacando que, no primeiro semestre, apenas se registou um ligeiro aumento dos cus-

tos com pessoal, compensado por reduções em outras áreas.

Em relação ao balanço, revela que "manteve a trajetória de crescimento consistente dos últimos anos". A carteira de crédito ascendeu a 715 milhões em junho e o rácio de transformação de depósitos em crédito fixou-se em 69%. Sendo que o rácio de crédito não produtivo (NPL) era de 1,1%.

O ativo cresceu cerca de 4,7% no acumulado do ano, para 3,7 milhões. Este crescimento foi sobretudo impulsionado pelo aumento dos empréstimos interbancários, tendo os depósitos permanecido estáveis.

O banco antecipa que as perspetivas para o segundo semestre sejam positivas com um *pipeline* de novas operações de 'Structured Finance' (financiamento estruturado) "bastante dinâmico e diversificado, geográfica e sectorialmente" e, "uma vez que se espera que várias operações que receberam aprovação interna de crédito no primeiro semestre, venham a ser concluídas durante o segundo".

PUBLICIDADE

Health Care Summit 2024

SAVE THE DATE

17 de setembro

DoubleTree by Hilton Lisbon - Fontana Park

8h30 - 13h00

SAIBA MAIS



PATROCINADORES

J&J
Innovative
Medicine

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

APOIOS

DOUBLETREE
by Hilton
LISBON - FONTANA PARK

ORGANIZAÇÃO

PORTUGAL
Forbes

“Muitos imigrantes já regressaram ao país de origem, outros desistiram do processo”

Migração ■ A dificuldade que o Estado tem demonstrado na resposta aos profissionais especializados que vêm para Portugal já está a ter impacto negativo nas empresas que procuram talento. Gilda Pereira, fundadora da E! Assessoria Migratória e ‘advisor’ da Bridgewater alerta para as consequências.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

A migração é um tema da máxima atualidade, com implicações políticas, sociais e económicas. A mobilidade alargou o mercado de trabalho e multiplicou as possibilidades de escolha para o talento, com Portugal a ser destino, mas também ponto de partida. Gilda Pereira tornou-se especialista nestes movimentos, através da E! Assessoria Migratória, que fundou e da qual é CEO, e que tem como objetivo “ajudar todas as pessoas que se encontram em mobilidade geográfica, ou seja, aquelas que estão em Portugal e querem sair, emigrar, e as que estão fora e querem vir para Portugal, imigrar”.

Em entrevista ao Jornal Económico (JE), conta que o projeto nasceu há 10 anos, num contexto diferente do atual. “Estávamos naquela fase de muita emigração e Portugal ainda não era um país tão apelativo para a imigração. Começamos por ser, essencialmente, uma empresa a auxiliar os emigrantes e a tratar dos assuntos dos aqui Portugal. Éramos as pessoas que cuidavam dos seus assuntos e das suas burocracias em Portugal”, diz. O projeto evoluiu, como o mercado. “A partir de 2017, 2018, começou a virar completamente o nosso público-alvo de uma forma natural, porque Portugal começou a ser procurado por muitos estrangeiros para aqui fixarem residência e, hoje em dia,

Perfil:

■ Licenciada em Direito, pela Universidade Católica, Gilda Pereira tem desenvolvido diferentes projetos, tendo por base quem trabalha fora do seu país. Fundou e é CEO da E! Assessoria Migratória, *partner* na Casa Portuguesa, uma atividade que complementa a primeira. Depois, promoveu a criação da Associação Internacional dos Lusodescendentes, de que é diretora, e preside à mesa da assembleia geral da Associação Portuguesa de Imigração, Investimento e Realocação. Antes, trabalhou no sector de Oil & Gas, em Angola, e em projetos em que teve responsabilidades nas áreas jurídica, financeira e de recursos humanos. E é diretora-adjunta da Descendências Magazine e consultora na Bridgewater.

posso dizer que quase 90% do nosso trabalho é direcionado aos imigrantes e não aos emigrantes”, explica.

É procurada tanto por particulares como por empresas, para os ajudar a ultrapassar dificuldades. “O nosso *core business* é exatamente ajudar a ultrapassar obstáculos”, sublinha.

Esses obstáculos traduzem-se, por exemplo, no apoio a quem está fora, pela relação com o Estado, “muitas vezes, nos consulados portugueses pelo mundo fora e, também, nas diversas entidades públicas, principalmente porque não existe uma uniformização dos serviços”, diz. “Vamos a um departamento de Finanças em Lisboa e é-nos pedida uma documentação, se formos a um do Porto, pelo mesmo assunto, é nos pedida outra, e se formos a Faro outra. Isso torna o nosso trabalho muito mais difícil”, explicita.

Quando o serviço é apoiar quem escolheu Portugal para viver e desenvolver a sua atividade, o choque é, mais uma vez, com a máquina pública, a inexistência de critérios estabelecidos, a imprevisibilidade reinante, e o mediatizado caos dos serviços de migração em Portugal, antes com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, agora com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA).

Um exemplo é o que acontece com os nómadas digitais. “A nossa legislação migratória é muito favorável à vinda e fixação de nómadas digitais, no entan-



to, existe ainda alguma incerteza quanto à tributação destas pessoas, nomeadamente em sede de segurança social. E também existem dificuldades, neste momento, em fazer marcações na AIMA para transformar o visto em autorização de residência. São essas as principais questões que acabam, muitas vezes, por demover os nómadas digitais a fixarem residência aqui”.

Gilda Pereira afirma ao JE que esta situação já tem impacto.

“Principalmente desde que foi anunciado o fim do Estatuto de Residente Não Habitual, muitas pessoas regressaram ao país de origem, outras que estavam em processo desistiram, umas que tinham comprado imóveis venderam, e, depois, seguiu-se toda aquela incerteza política e toda aquela incerteza em relação à legislação migratória e houve muitas pessoas que desistiram”, conta.

Também se nota esta tendên-



Assista ao programa no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt

que nós fazemos é acompanhar o cliente na seleção, no aconselhamento do local onde querem morar, na seleção dos imóveis e, depois, em todo o processo de compra ou arrendamento". O que pesa na redução da procura não é o estado do mercado – a evolução dos preços, por exemplo –, mas o enquadramento dos migrantes. "O que pesa mais, efetivamente, são as questões migratórias e o facto de a AIMA não estar a funcionar naquilo que concerne a abrir vagas para autorizações de residência e reagrupamentos familiares. Temos pessoas que vieram e trouxeram as suas famílias, de forma legítima, e que depois tinham – e têm, por lei – o direito de fazer o reagrupamento familiar. No entanto, já não abrem vagas há quase dois anos e essas famílias estão aqui em banho-maria e sem conseguirem sair do país, ou podem sair, mas depois não conseguem entrar, porque a sua estadia como turistas já expirou há muito tempo. É um problema muito sério e por isso muitas pessoas estão a vender os imóveis e a regressar ao país de origem", diz.

É assim para particulares e para empresas. Antes da entrevista, Pereira contactou uma cliente, diretora financeira de um grupo empresarial português da área das tecnologias de informação, muito pressionada porque muitos dos consultores querem deixar o país por causa destas. "Estão quase todos a querer regressar e, depois, há muitos projetos que ficam por acabar, há muitos projetos que estão a demorar muito mais tempo do que era suposto devido a estas questões migratórias", afirma. "O impacto disto é enorme, as pessoas não têm noção, mas o impacto daquilo que está a acontecer é enorme", sublinha.

4 perguntas a...

Gilda Pereira ■ Escolhe a resiliência como o principal atributo que empresários e gestores devem ter para desenvolverem projetos e singrarem. Considera que a carga fiscal é demasiado elevada em Portugal e que faltam apoios às PME e ao empreendedorismo, assim como custos relacionados com o trabalho que limitam as equipas. E defende que há espaço para as mulheres fazerem o seu caminho no mundo dos negócios.

“Muitas vezes, o principal bloqueio está na nossa mente”

A *advisor* Gilda Pereira aponta o que a consultoria pode trazer às empresas e o que a sua experiência particular pode acrescentar ao negócio. Destaca o contributo que pode dar com o percurso feito como mulher empresária e o exemplo de como é possível conseguir desenvolver uma carreira e afirmar um negócio, conciliando com a vida familiar. E, também, soluções para reter talento, uma das atuais questões prioritárias no desenvolvimento empresarial.

Esta é uma parceria do Jornal Económico com a rede de *advisors* da Bridgewater.

1. Que valor podem os *advisors* trazer às empresas?

A vida de um empresário nunca é fácil. São pessoas que decidem abraçar o risco e, por isso, todo o suporte que podem ter é bem-vindo. Os *advisors*, ao partilharem o seu conhecimento e a sua experiência, poderão auxiliar outros empresários que estejam a passar pelos desafios com os quais os *advisors* já se depararam no passado.

Aprender com a experiência dos outros poderá fazer com que outros empresários não cometam os mesmos erros ou consigam resolver os seus dilemas com essa troca de vivências.

2. O que destaca na sua experiência e conhecimento que pode contribuir para o desenvolvimento das empresas?

Da minha experiência pessoal penso que posso contribuir especialmente para jovens empresárias, isto porque, muitas vezes, as mulheres

deixam-se ficar pelo caminho por não acreditarem que é possível conciliar o empreendedorismo com os desafios de serem mulheres, especialmente as que são mães. Eu gosto de passar a mensagem de que, quando somos boas naquilo que fazemos, tudo é possível conciliar e alcançar, dando o meu exemplo, que fui promovida a diretora-geral de uma consultora grávida de sete meses. Muitas vezes, o principal “bloqueio” está na nossa mente.

“Sou apologista de que deveria também haver mais incentivos à contratação, muitos empresários acabam por não ter uma equipa maior pela carga fiscal e obrigações diretamente relacionadas com a contratação de recursos humanos”

Posso também dar o meu contributo no que concerne à retenção de talento, um problema com o qual me deparei há dois anos, mas com certas medidas que tomei consegui estabilizar a minha equipa.

3. Como olha para o projeto da Bridgewater?

A Bridgewater é uma plataforma que pretende colocar em contacto empresários das mais diversas áreas de atuação e geografias, e com isso, partilhar experiências que possam ser enriquecedoras para os seus pares. Aderi como *advisor* da Bridgewater há pouco tempo, mas a minha expectativa é elevada.

4. Que recomendações daria aos empresários e gestores portugueses?

Penso que, um pouco por todo o mundo, mas particularmente em Portugal, a palavra-chave para os empresários é resiliência.

A carga fiscal em Portugal é muito pesada e quem não embarca em “engenharias” fiscais tem muita dificuldade em crescer. Não existem muitos incentivos ao crescimento das PME em Portugal e isso pode ser um fator dissuasor para o empreendedorismo. Sou apologista de que deveria também haver mais incentivos à contratação, muitos empresários acabam por não ter uma equipa maior pela carga fiscal e obrigações diretamente relacionadas com a contratação de recursos humanos.

cia na Casa Portuguesa, o projeto de serviços de mediação imobiliária que é complementar à EII. “A Casa Portuguesa surge como braço imobiliário da assessoria migratória, porque nós constatamos que todos os nossos clientes que vinham para Portugal acabavam por nos pedir ajuda para a compra ou para o arrendamento de imóveis. Então, a Casa Portuguesa é uma consultoria imobiliária que não tem carteira de imóveis – tudo aquilo

■ **Advisory na Academia** Almerinda Romeira



A iniciativa da FDUL para mitigar a adaptação dos novos alunos

Direito na Universidade de Lisboa é, tradicionalmente, a licenciatura que mais estudantes recebe no Ensino Superior em Portugal. No próximo ano letivo de 2024/2025 serão 445, com o último aluno a chegar ao Campo Grande com uma média de 15,95 valores na bagagem. No final da primeira fase do Concurso Nacional, concluída no último domingo, a porta da centenária Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) ostenta já a pitoresca tabuleta da lotação esgotada.

Até aqui nada de novo. Mais décima, menos décima, mais aluno menos aluno, o cenário repete-se ano após ano. A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é a maior instituição de ensino superior universitário do país com mais de 5500 alunos, dos quais 34% internacionais.

Introduzir os novos alunos na FDUL e no que nela se aprende é o objetivo de uma iniciativa inovadora a lançar este ano: um Curso Preparatório à Introdução ao Estudo de Direito. A formação, gratuita, realiza-se entre os dias 2 e 6 de setembro, tendo vagas limitadas e sujeitas a inscrição prévia.

“A diferença entre o ensino médio e o ensino superior colocam vários problemas de adaptação que o curso procurará mitigar”, explica Eduardo Vera-Cruz Pinto, diretor da FDUL, ao *Jornal Económico* (JE).

O curso preparatório,

destinado aos alunos que se inscrevem pela primeira vez no curso de Direito, resulta, segundo o professor, de uma avaliação feita às respostas dadas pelos alunos do primeiro ano sobre as suas principais dificuldades ao entrar na faculdade.

Eduardo Vera-Cruz Pinto diz ao JE que os objetivos são, “não apenas apresentar a Faculdade de Direito aos alunos, os espaços, as atividades, os núcleos, os procedimentos, as pessoas, como também propiciar um primeiro contacto com as matérias que vão estudar nas várias disciplinas do curso”. E também dar a possibilidade aos alunos de

falar com profissionais das várias áreas jurídicas que não deixarão de lhes dar uma perspectiva sobre o que fazem os magistrados judiciais e do Ministério Público, os advogados, os notários, os solicitadores e outros profissionais.

Na prática, os estudantes vão conhecer os fundamentos essenciais do Direito, adquirir uma base que lhes permita iniciar os seus estudos e entrar em contacto com professores experientes e futuros colegas. Cinco dias de atividade no terreno permitir-lhes-ão ter uma primeira abordagem do que é o sistema de Justiça e os tribunais portugueses, o trabalho realizado pelo

Ministério Público, na administração pública, nas empresas ou no notariado.

As sessões serão orientadas por professores da FDUL e por especialistas da área jurídica. Os nomes ainda estão em definição, mas entre estes contam-se advogados de escritórios que têm protocolos com a faculdade e que estão ligados ao gabinete de saídas profissionais, de várias gerações, para dar uma ideia sobre o exercício da profissão nos dias de hoje.

Além de explorar as diversas áreas do Direito, o abrangente programa vai permitir também abordar e debater desafios contemporâneos, como a

tecnologia e inteligência artificial, o ambiente, o direito das novas famílias. Os estudantes poderão ainda conhecer aspetos práticos da vida universitária, como os métodos de avaliação e de estudo, a elaboração de trabalhos escolares, a consulta de obras na biblioteca, a investigação produzida na instituição ou o programa Erasmus.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, que assumiu a liderança da centenária FDUL em 28 de dezembro de 2023, está de parabéns pela iniciativa inovadora e utilitária. Espera-se que os alunos possam tirar partido dela.





CRISTINA BERNARDO

Opinião

Simplex Urbanístico



António Jaime Martins

Advogado, Fundador da ATMJ

O *simplex* aprovado pelo DL n.º 10/2024, simplificou as formalidades relacionadas com a compra e venda de imóveis através da eliminação da obrigação de exibição ou de prova da existência de ficha técnica de habitação e da licença de utilização.

Tal, contudo, não significa que os imóveis a transacionar não tenham de estar em conformidade com a legislação urbanística e outra aplicável e que visa garantir a regularidade do processo de edificação e do destino (uso) para que foram licenciados.

Daí que a lei mencione que nos atos de transmissão da propriedade de prédios urbanos, o conservador, o notário, o advogado ou o solicitador tenham a obrigação de informar o

adquirente que, estando dispensada a exibição de tais documentos, o imóvel transacionado pode não dispor de título urbanístico necessário.

No fundo, o legislador passou para o aquirente o ónus de solicitar a comprovação da regularidade do processo de licenciamento construtivo e do tipo de utilização do imóvel que está a adquirir. Conquanto, não se alcança a bondade da medida do legislador que facilita a transação de imóveis em situação de irregularidade urbanística, fomentando a insegurança do comércio jurídico e situações de litígio judicial.

Já a simplificação da conversão de imóveis destinados a comércio e serviços em imóveis com utilização habitacional é de aplaudir, pois permitirá a conversão do parque excedentário destes imóveis, sobretudo, na área dos serviços, com a generalização da prática do teletrabalho no período pós-pandémico, que determinou a diminuição drástica da sua procura.

Com efeito, a reconversão do destino destes imóveis para fins habitacionais pode ser

feita mediante a alteração pelo proprietário da propriedade horizontal sem necessidade de autorização da assembleia de condóminos e com a entrega de um termo de responsabilidade subscrita por técnico habilitado que assegure que o imóvel tem as necessárias condições para ser habitável.

Em seguida, o proprietário na posse da escritura que altera a PH do prédio e da certidão camarária do deferimento do pedido de alteração do destino da utilização do imóvel para habitação, deverá promover o registo da alteração de uso junto da Conservatória e das Finanças e alterar a ficha técnica junto da Câmara.

O legislador passou para o aquirente o ónus de solicitar a comprovação da regularidade do processo de licenciamento construtivo e do tipo de utilização do imóvel que está a adquirir

Opinião

Cedência para habitação pública: uma figura sem regulamentação



Ana Rodrigues de Almeida

Sócia contratada da Abreu Advogados

Nos últimos anos, os governos têm tentado simplificar o relacionamento dos particulares com a administração, desburocratizando, criando meios de comunicação à distância, agilizando os procedimentos para que a relação com a administração seja mais fluida e fácil. O Simplex Urbanístico enquadra-se dentro desta vontade, para que, seja mais fácil para as pessoas e as empresas o desenvolvimento dos seus projetos urbanísticos, como remodelar uma casa, criar um empreendimento, ampliar...

Acontece que o Simplex Urbanístico tem várias medidas que, na prática, ou não se percebe o que o legislador pretendeu, estão em discordância com outras em vigor, ou vieram complicar, ou mesmo exigir tempos de resposta às câmaras municipais que para a maioria não são realistas. Razão pela que o atual Governo, quando apresentou, no passado 10 de maio, 30 medidas para enfrentar a crise de Habitação, sob o título Construir Portugal: uma Nova Estratégia para a Habitação, incluiu a Revisão do Simplex Urbanístico: regulamentação, aprofundamento e aperfeiçoamento da legislação de desburocratização e simplificação administrativa urbanística (90 dias). 90 dias úteis que estão quase a acabar.

Uma das novidades que surgiu com o Simplex Urbanístico foi a exigência para os promotores de ceder áreas para habitação pública a custos controlados ou para arrendamento acessível, no âmbito das cedências previstas para os projetos de loteamento, assim como projetos de impacto relevante. O legislador quis que este esforço coletivo de desenvolvimento de habitação a custos

controlados, também fosse incluído nos projetos de loteamento, através de um novo encargo a incidir sobre os promotores. A saber, da mesma maneira que têm de estar previstas áreas de cedência para equipamentos, para espaços verdes e de utilização coletiva e infraestruturas viárias, desde 4 de março também têm de ser previstas áreas de cedência para habitação pública.

A dificuldade está em que esta nova obrigação de cedência não está regulamentada, pelo que, nem promotores nem municípios sabem como operacionalizar esta cedência para habitação pública, subsistindo diversas dúvidas, como por exemplo: Os promotores têm de entregar solo ou fogos já construídos? E têm de ser na área do loteamento ou pode ser num terreno alheio? Só se aplica para os loteamentos onde vá haver construção de habitação (percentagem)? Há zonas onde é descabido que se prevejam áreas de cedência para habitação pública (industriais ou turísticas, por exemplo), ou onde há incompatibilidade com a classe de espaço definida nos planos de ordenamento territorial. Até agora as cedências podiam ser feitas, em vez de com solo no próprio loteamento, através de compensações em numerário ou em espécie. A cedência para habitação é a única que não está contemplada pelo que, admitindo-se, no entanto, que possa ter sido lapso do legislador, constitui uma vontade clara do mesmo em conferir uma importância superior ao objetivo de construção de habitação pública.

Seria de aproveitar esta revisão do Simplex Urbanístico para se suspender a exigência desta cedência até que seja densificado o regime, de modo que se colmatem as lacunas através de uma regulamentação densificada desta figura (como os regimes de Inglaterra e/ou França), caso contrário corre-se o risco de a mesma ser inoperativa ou, o que não seria melhor, cada município a aplicar/interpretar ao seu modo, criando-se divergências territoriais a nível nacional na aplicação desta obrigação.

Partilhamos a sua visão de futuro.



A Moneris tem uma abordagem focada no cliente, com uma oferta integrada de serviços e soluções que permite prestar às organizações um apoio de 360 graus na área da gestão, promovendo a excelência da informação financeira e a melhoria dos processos de tomada de decisão críticos para o seu sucesso.

Somos o maior grupo nacional de contabilidade e apoio à gestão, presente de norte a sul de Portugal, com uma rede de 20 escritórios sustentada por, aproximadamente, 300 consultores.

Os nossos serviços são garantidos por equipas com um profundo conhecimento em todos os setores de atividade, o que permite que cada cliente beneficie do apoio de profissionais que entendem os seus desafios e o acompanham em cada obstáculo.

Conhecer bem os nossos clientes é para nós essencial, para que possamos responder proativamente às suas necessidades.

Integramos uma das maiores redes mundiais de empresas de auditoria, contabilidade e serviços jurídicos – a MSI Global Alliance –, com presença em mais de 100 países em todo o mundo ampliando a nossa capacidade de apoiar as empresas além fronteiras.

moneris

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação
- tecnologia

A member of



Independent legal & accounting firms

europa
áfrica
américa
ásia
oceania

portugal

lisboa
porto
faro
braga
leiria

santarém
setúbal
vila real
viseu

moneris.pt

